

**Resenha de  
William Foley,  
Anthropological  
Linguistics: An  
Introduction (Oxford:  
Blackwell, 1997)**

**Antonio Marcos Pereira\***



odos se lembram da multiplicidade de nomes da neve no vocabulário esquimó. Esse legado boasiano – que já foi exposto como exemplo de má ciência em um cômico artigo de Pullum<sup>1</sup> – não é discutido em nenhum momento do volumoso livro de Foley. Mas aqui há muito mais que o pitoresco vocabulário esquimó para a neve: em meio à notável pleora de dados, casos, e aventuras em territórios geográfica e teoricamente pouco explorados que constitui a maior parte do livro, o leitor é apresentado ao campo da lingüística antropológica de maneira vigorosa, inovadora e fascinante. Em *Anthropological Linguistics*, Foley oferece ao leitor muito mais que “uma

---

\* Aluno do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da UFMG. E-mail: amp@nme.com  
Agradeço aos comentários de Cristina Magro.

<sup>1</sup> Pullum, G. K. “The great Eskimo vocabulary hoax”  
In Pullum, G. K., *The Great Eskimo Vocabulary Hoax and Other Irreverent Essays on the Study of Language* (Chicago: The University of Chicago Press, 1991), p. 159-171.

introdução”, como seu título modestamente sugere. Inspirado pelo propósito de renovar a sustentação epistemológica do campo de estudos que explora a interface linguagem/cultura, o livro seria melhor intitulado “uma exploração”. Aqui – enquanto em um capítulo apreciamos a maneira como os Ilngot definem a noção de pessoa e noutra as práticas divinatórias dos Weweya, passando pela história social da construção de uma língua nacional na Indonésia – testemunhamos o esforço de Foley para compor uma abordagem alternativa ao campo de problemas que constituem a própria angulação da lingüística antropológica. O sucesso da empreitada é aquele característico de certas formas de pioneirismo, onde a ousadia vale pelo menos tanto quanto a supostamente desejada fidedignidade do mapeamento final, e um dos resultados do trabalho de Foley é a demonstração inequívoca de que a idéia de uma lingüística culturalmente sensível é potente e enriquecedora para a prática dos lingüistas contemporâneos afins às cepas mais críticas de sua disciplina.

O livro está estruturado em cinco partes. A parte 1 (“Introdução”), composta por apenas um capítulo, introduz o temário e apresenta algumas definições concorrentes para o campo, centrando a discussão nas conseqüências que certas opções epistemológicas podem ter para a construção de uma compreensão da atividade humana. A parte 2 (“A Evolução da Linguagem”), também composta por um único capítulo, discute perspectivas a respeito do surgimento e da evolução da linguagem. A parte 3 (“Universalismo: Limites Inatos da Mente”), é composta por 5 capítulos, onde são discutidas questões como o legado filosófico que inspirou o surgimento de investigações sobre a natureza da atividade humana (cap. 3, “Mente, Universais, e o Mundo Sensível”), o Estruturalismo (cap. 4), a Antropologia Cognitiva (cap. 5) e as pesquisas sobre termos de parentesco (cap. 6) e categorização de cores (cap. 7), que agregam grande parte das investigações empíricas feitas no campo a respeito da presença e influência de elementos universais no comportamento lingüístico. Na parte 4 (“Relativismo: Limites Culturais e Lingüísticos da Mente”) os capítulos desenvolvem, em contraste ao conteúdo da parte 3, a noção de relativismo, focalizando alguns problemas na teoria da tradução e a sugestão da hermenêutica como estratégia metodológica (cap. 8), a relação entre modelos heurísticos, metáforas e categorias gramaticais (cap. 9), a história do tema da relatividade lingüística e a importância do legado boasiano para a constituição do campo da lingüística antropológica (cap. 10) e as pesquisas sobre a relatividade intercultural das concepções de espaço e orientação espacial (cap. 11) e sobre classificadores (cap. 12). Na parte 5 (“Etnografia da Fala”), Foley dá início ao que constituirá o restante do livro: uma imensa coleta dos resultados de trabalhos realizados na área explorando peculiaridades do comportamento lingüístico nas mais diversas partes do globo e pautados pelas mais diversas agendas e opções metodológicas. Assim, temos já no início um extenso comentário sobre a constituição cultural da fala (cap. 13) e dos registros de polidez, bem como o exame lingüisticamente orientado da construção cultural da noção de pessoa (cap. 14) e uma exposição sobre as relações entre linguagem e gênero (cap. 15). Na seqüência, há uma discussão sobre linguagem e posição social (cap. 16), sobre os processos de socialização da linguagem (cap. 17) e a conclusão da parte 5 com um longo e belo capítulo sobre gêneros poéticos,

práticas rituais e performances verbais (cap. 18). A parte 6 (“Cultura e Mudança Lingüística”) conclui o livro passando pelos temas candentes como o estudo de pidgins e crioulos – aqui discutidos paralelamente à questão da mudança lingüística induzida por contato cultural (cap. 19) –, e discutindo a questão das políticas lingüísticas e as relações entre a padronização das linguagens nacionais e os interesses dos estados-nações contemporâneos (cap. 20) e diferentes práticas de letramento (cap. 21).

Apesar da imensa variedade de temas, cada um extremamente complexo, Foley se sai muito bem, demonstrando perícia na articulação contrastiva das exposições e astúcia na disposição de seus comentários. Sem prender-se a uma exposição regida cronologicamente, Foley dá cabo da tarefa hercúlea que é não só apresentar esse conjunto tão variado de temas como apresentá-los *criticamente*, o que confere a todo o livro um frescor e um ímpeto de renovação ausentes de outras publicações recentes na área, como os livros de Palmer<sup>2</sup> e Duranti<sup>3</sup>. Ao explicitar que intenta fazer uma lingüística antropológica *crítica*, Foley nos incita a reexaminar eixos orientadores tomados como certos e a debulhar inquisitivamente as balizas epistemológicas mais estabilizadas na área. Simultaneamente, convida a uma compreensão de sua própria prática de cientista engajado em um certo projeto como uma prática situada, interessada, e politicamente ativa: uma atitude bastante salutar, pelo menos para aqueles que se dispõem favoravelmente a esse tipo de extensão reflexiva para os estudos da linguagem hoje.

Foley inicia por expor sua concepção de que devemos entender a lingüística antropológica como a estratégia de visualizar a linguagem através do conceito central da prática antropológica, o de cultura. Esse artifício prismático nos permitirá acessar o universo do significado através de um reconhecimento de sua variabilidade, que por sua vez está enraizada na imensa versatilidade e flexibilidade dos agentes produtores de significados. Aqui, a distinção imediata é entre a lingüística antropológica e a sociolingüística, e o diacrítico é o papel da noção de cultura na economia heurística da disciplina: embora os sociolingüistas aproximem-se de um universo de fenômenos semelhante àquele que os lingüistas antropológicos elegeram tradicionalmente como foco de sua atenção, o fazem com um viés diferente. Nesse sentido, fica claro que não é a definição de objeto que caracteriza o afazer da lingüística antropológica, mas a estratégia de tratamento dos fenômenos. Assim, “[A lingüística antropológica] é uma disciplina interpretativa [que intenta] explorar a linguagem para descobrir compreensões culturais” (p. 3).

Essa definição não é trivial, e aloja Foley imediatamente em um setor heterodoxo no horizonte da lingüística contemporânea. Pois do que estamos falando quando falamos de “cultura”? Há várias escolas de pensamento concorrentes em antropologia – o próprio livro de Foley cuida de dramatizar as diferenças entre antropologia cognitiva (e.g. Goodenough) e antropologia interpretativa (e.g. Geertz). Apesar de central, o conceito de cultura está longe de ser absolutamente consensual entre os praticantes dessa disciplina. Se queremos construir uma lingüística capaz de perscrutar os fenômenos ditos

<sup>2</sup> Palmer, G. *Toward a Theory of Cultural Linguistics* (Austin: University of Texas Press, 1996).

<sup>3</sup> Duranti, A. *Linguistic Anthropology* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997).

lingüísticos através das lentes da cultura precisamos, então, ter clareza a respeito de nossas afiliações conceituais dentro do horizonte da antropologia, e ser capazes de circunscrever a noção de cultura que utilizamos. Em paralelo, na medida em que estamos fazendo lingüística, esposamos necessariamente noções de “linguagem” e “língua”, e temos que arcar com seus compromissos e conseqüências epistemológicas<sup>4</sup>. A situação do lingüista antropológico, portanto, magnifica alguns problemas conceituais básicos, na medida em que solicita um posicionamento articulado e coerente no que diz respeito às disciplinas que compõem o espaço de articulação de seu trabalho.

Foley cuida de explicitar suas predileções e afiliações ao qualificar a lingüística antropológica que pratica como uma “disciplina interpretativa”. O que isso quer dizer? Ao fim e ao cabo, o livro pode ser tomado como um longo depoimento em resposta a essa pergunta. Foley defende a idéia de que nem “linguagem” nem “cultura” são totalidades puras, homogêneas e distinguíveis de maneira absoluta: “Ambos os conceitos não descrevem blocos monolíticos de conhecimento presentes nas mentes de todos os membros da cultura ou falantes da língua mas, ao invés, [indicam] domínios frouxamente estruturados de práticas através das quais os atores sociais navegam significativamente em seu caminho no mundo”(p. 40). Conferir vigor e rigor a uma posição como esta é laborioso, mas Foley consegue justificar-se de maneira consistente ao cotejar várias perspectivas correntes a respeito da natureza e origem do significado, esboçando no processo suas implicações para a pesquisa na área, em um procedimento que revela muito da atitude do autor – se o intento é sugerir novas possibilidades para um dado campo de pesquisa, não pode haver timidez epistemológica. Diante de um problema que parece ser, a um só tempo, “idiomaticamente indispensável, teoricamente intratável”<sup>5</sup>, Foley atravessa as alternativas disponíveis no mercado intelectual marcando explicitamente suas predileções, expondo cuidadosamente o que está em jogo em cada perspectiva, e advogando uma posição que é original e rica, capaz de vincular uma compreensão do significado à condição dos agentes enquanto seres biológicos e de linguagem, permanentemente inseridos em contextos evolutivos e sócio-culturais.

O hibridismo da abordagem de Foley aguça a crítica já longeva ao representacionismo e ao essencialismo semântico (aqui expostos através de remissões aos trabalhos de Lyons e Goodenough), ao salientar a inconsistência de tais abordagens com uma preocupação a respeito da gênese evolutiva do significado. O jogo de linguagem que constitui as pressuposições centrais de abordagens ao significado como as de Lyons e Goodenough<sup>6</sup> é tão antigo quanto inconciliável com a idéia de que as práticas humanas são o fruto híbrido de contingências biológicas e sociais, construídas por força de uma deriva histórica cujo sedimento conjunto possibilita as diversas formas de

<sup>4</sup> Para citar apenas dois exemplos, há diferenças consideráveis entre uma noção de “gramática” inspirada pelos escritos tardios de Wittgenstein e uma inspirada pela obra de Chomsky e, ao passo que alguns saudam com entusiasmo os experimentos primatológicos que resultaram em casos como Kanzi e Washoe, outros jamais considerariam estes experimentos dignos da atenção de um lingüista.

<sup>5</sup> Smith, B. H. *Belief and Resistance* (Cambridge: Harvard University Press, 1997), p. 52.

<sup>6</sup> Bem explicitado no livro de Gardner, H., *The Mind's New Science: A History of the Cognitive Revolution* (New York: Basic Books, 1985).

vida social que reconhecemos ao redor do globo hoje. Nesse sentido, a biologia que nutre a abordagem de Foley distancia-se da idéia do horizonte biológico como algo dado ou invariante, e aproxima-se de uma concepção que atrela indivíduo e circunstância, em permanente modulação mútua.

É notável que, ao passo que o apelo à biologia como instância de confirmação ou evidência é um dos constituintes da estrutura argumentativa no horizonte cognitivista<sup>7</sup>, talvez justamente por isso a “biologia” ausenta-se da discussão no horizonte interpretativista, que ao aliar-se à hermenêutica, faz uso da metáfora da cultura como texto para distanciar-se do tipo de análise estrutural que caracteriza o ímpeto universalista do cognitivismo. Mas há várias maneiras de inserir preocupações biológicas na discussão sobre linguagem e cultura, indo da escola mais reducionista e determinista<sup>8</sup> até abordagens mais flexíveis e anti-reducionistas, passíveis de uma efetiva cooperação com o campo das humanidades. Foley sugere a utilização de uma perspectiva que pode ser atribuída originalmente ao trabalho dos biólogos Humberto Maturana e Francisco Varela – mas que encontra correlações enriquecedoras no trabalho de autores tão diversos quanto Richard Lewontin<sup>9</sup>, Susan Oyama<sup>10</sup>, Barbara Herrnstein-Smith<sup>11</sup>, Horst Hendricks-Jansen<sup>12</sup> e, localmente, Cristina Magro<sup>13</sup> – como um corretivo a ser aplicado na antropologia simbólica, capaz de realçar a presença de uma corporalidade ativa e construtiva que nos oferece estratégias interessantes para pensar a questão da gênese interacional do significado. Um dos núcleos temáticos mais importantes que une os autores citados acima é seu repúdio comum a teorias representacionistas do conhecimento e da linguagem. Além disso, todos apelam a uma compreensão da ação humana como sendo, permanente e inevitavelmente, balizada ao mesmo tempo pela biologia que caracteriza as possibilidades da espécie e pelas formas de convivência que engendramos ao longo de nossa deriva evolutiva. Assim, todos trabalham a favor de uma transformação do vocabulário corrente voltado para a descrição da atividade humana, sugerindo que já dispomos de instrumentos heurísticos que nos permitem lidar com os laços entre fazer, dizer, e conhecer para explicar de maneira consistente a complexidade do mundo pragmático sem ceder à sedução reducionista.

<sup>7</sup> As referências aqui são abundantes, mas um comentário recente e extremamente agudo está no capítulo sobre Chomsky, intitulado “Chomsky on Language as Biology” em Joseph, J. E.; Love, N. & Taylor, T., *Landmarks in Linguistic Thought II: The Western tradition in the twentieth century* (London: Routledge, 2001), além do já citado livro de Gardner sobre as ciências cognitivas.

<sup>8</sup> O exemplo mais notável desta tendência talvez seja a assim-chamada “psicologia evolutiva”. Um dos textos mais comumente citados característicos desta abordagem é o trabalho de John Toobey e Leda Cosmides, “The Psychological Foundations of Culture” (In Barkow, J.; Cosmides, L.; & Toobey, J. (Eds.), *The Adapted Mind: Evolutionary Psychology and the Generation of Culture* (New York: Oxford University Press, 1992)), mas há também os populares trabalhos de Steven Pinker, como *The Language Instinct* (New York: William Morrow, 1994) e do papa da sociobiologia E. Wilson.

<sup>9</sup> Como no seminal “The organism as subject and object of evolution”, *Scientia* 113: 65-82, 1983. Especialmente em *The Ontogeny of Information* (Durham: Duke University Press, 2001 (segunda edição)).

<sup>10</sup> Op. cit.

<sup>11</sup> *Catching Ourselves in the Act: Situated Activity, Interactive Emergence, and Human Thought* (Cambridge: MIT Press, 1996).

<sup>12</sup> *Linguajando o Linguajar: Da Biologia à Linguagem* (Tese de Doutorado, Unicamp, 1999).

Dessa forma, o processo de suplementar criticamente o interpretativismo de extração geertziana<sup>14</sup> – vemos as teias de símbolos por toda a parte, mas nunca vislumbramos o processo de sua tessitura – é efetivado por Foley através de uma narrativa sobre as correlações entre significado e práticas incorporadas evolutivamente. Pois o que pode ser uma lingüística que torna-se sensível culturalmente a partir do momento em que toma como sua inspiração central uma teoria biológica sobre a cognição e a atividade humana? Uma resposta vem sob a forma de uma definição de cultura expansiva e enriquecedora: “A cultura [...] consiste nas coisas que as pessoas fazem para comunicarem-se em histórias correntes e transgeracionais de interação social” (p. 14). Aliando tal definição à noção de *habitus* proposta por Bourdieu, Foley sugere que “um ser humano é um ser totalmente enculturado; a cultura faz-se visível em todos os aspectos da existência, até nas mais mezinhas rotinas de higiene corporal” (p. 14-15).

Asserções como estas têm conseqüências relevantes para a prática de antropólogos, lingüistas, lingüistas antropológicos e lingüistas antropológicos *críticos*; sua defesa aloja Foley em um setor indubitavelmente passível de ser rotulado como “relativista”. Ao descrever de tal maneira os conceitos centrais da lingüística antropológica – o de “linguagem” e o de “cultura” –, Foley estabelece um pacto com posições que são normalmente descritas por adversários impermeáveis de pendores universalistas como sendo uma espécie de “vale tudo”, e responsáveis pela derrocada potencial de todo e qualquer projeto científico digno do nome. Como fazer ciência sem dar a devida atenção a universais, aos elementos invariantes que, separados do joio contingencial em que eventualmente encontram-se embaraçados, nos aproximam de uma compreensão da essência dos fenômenos que nos propomos a investigar e nos oferecem a possibilidade de desenvolver estratégias de predição e controle confiáveis? Foley avança uma resposta algo titubeante em seus capítulos posteriores sobre universais<sup>15</sup>, mas é inequívoco na introdução ao nos apresentar a uma citação do trabalho de Alton Becker, que nos lembra que “um relativista não acredita que qualquer coisa vale. Mas um relativista acredita, certamente, que muitas coisas valem [...]. Relativismo não quer dizer vale tudo, mas quer dizer que o mundo no qual os Balineses vivem e que eles moldam em compreensão através de sua língua é um mundo válido, real, e bom para viver, e não tem que ser destruído ou substituído” (p. 18). Um posicionamento dessa ordem estimula a discussão corrente sobre as conseqüências éticas das

<sup>14</sup> Um tema responsável por algumas das discussões mais intensas travadas recentemente acerca de questões metodológicas na antropologia. Ver, por exemplo, Clifford, J. & Marcus, G. (Eds.), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography* (Berkeley: University of California Press, 1986) e Marcus, G. & Fischer, M., *Anthropology as Cultural Critique: An experimental moment in the human sciences* (Chicago: The University of Chicago Press, 1986).

<sup>15</sup> Sendo os capítulos mais inconsistentes do livro, eles tornam evidentes os problemas que um autor francamente investido em renovação heurística e vocabular encontra ao defrontar-se com problemas que deixam de fazer sentido uma vez que se espousa uma perspectiva alternativa. No contexto dos “estudos da consciência” esse problema foi discutido brilhantemente por Rafael Nuñez em seu artigo “*Eating Soup with Chopsticks: Dogmas, Difficulties and Alternatives in the Study of Conscious Experience*” (*Journal of Consciousness Studies*, 4, n. 2, p. 143-166, 1997). Comento mais detalhadamente essa característica da argumentação de Foley em “*O Significado da Lingüística Antropológica: O caso de William Foley*” (Pereira, ms, 2002).

teorias lingüísticas<sup>16</sup>, e mostra que qualquer lingüística que ambicione para si o adjetivo de “crítica” é uma prática construída por profissionais engajados na reflexão sobre a própria prática, suas motivações e suas conseqüências. Esse tipo de engajamento situacional e consciência da historicidade de sua própria prática leva, fatalmente, qualquer lingüista crítico a descartar a ubíqua distinção aristotélica entre essência e acidente. O lugar reservado a diáfanas (ou, o que é especialmente dramático neste contexto, grotescamente etnocêntricas) discussões a respeito dos, digamos, “universais da mente humana” é, no mínimo, reduzido. Ou há de ser reduzido, caso propostas como a de Foley inspirem suficientemente suas audiências, lubrificando um processo de transição teórica que há muito se anuncia.

Charles Hockett disse certa vez que “a lingüística sem a antropologia é estéril; a antropologia sem a lingüística é cega”<sup>17</sup>. Embora possa parecer algo bombástica e retórica, a declaração de Hockett soa muito bem após a leitura do livro de Foley. Pois, em que pesem os altos e baixos fatais em um projeto tão ambicioso, é difícil sair da leitura sem a impressão de que o laço entre lingüística e antropologia – ou, para usar um vocabulário mais contemporâneo, flexível e pluralista, entre “estudos da linguagem” e “estudos da cultura” – tende a beneficiar ambas as partes, e contribuir para que possamos tornar mais amplas, consistentes e generosas nossas tentativas de descrever e explicar a nós mesmos o nosso estar no mundo. Em um livro que termina sem um capítulo de conclusão e sem qualquer ambição a uma “última análise”, este lingüista da Universidade de Sidney – que já realizou trabalhos sobre a estrutura sintática de algumas línguas da Nova Guiné<sup>18</sup> e a respeito do papel das teorias na descrição lingüística<sup>19</sup> – nos mostra algo do que a lingüística antropológica pode nos oferecer. Ao fazer isso, Foley também nos convida a oferecer algo à reflexão sobre as correlações entre linguagem e cultura, um terreno onde, certamente, há muito trabalho a fazer.

<sup>16</sup> Uma discussão vasta, que se torna ainda mais dramática no contexto do contato intercultural e que, localmente, tem em Kanavilil Rajagopalan (um auto-denominado praticante de uma “lingüística crítica”) um de seus maiores expoentes, cf. seu “Toward an ethically committed linguistics”. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 8, n. 1, p. 211-237, jan/jun 1999.

<sup>17</sup> Hockett, C. F. *Man's Place in Nature* (New York: McGraw Hill, 1973), p. 675.

<sup>18</sup> *Papuan Languages of New Guinea* (Cambridge: Cambridge University Press, 1986).

<sup>19</sup> (Ed.) *The Role of Theory in Language Description* (Berlin: Mouton de Gruyter, 1993).

